

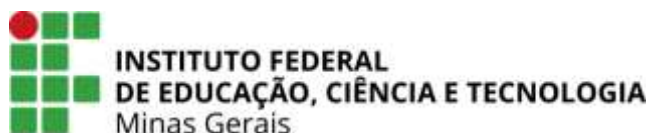
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS ARCOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DOCÊNCIA

Arcos

Revisado pelo Colegiado de Curso em Março de 2024¹

¹ Primeira versão: Dezembro de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - CAMPUS ARCOS

Reitor:	Rafael Bastos Teixeira
Pró-reitor de pós-graduação:	Gislayne Elisana Gonçalves
Diretor geral do campus:	Niltom Vieira Junior
Diretor de ensino:	Jefferson Rodrigues da Silva
Coordenador do curso:	Ricardo Lopes de Sousa

Atualização do Colegiado do Curso (março/2024)

Presidente do colegiado	Ricardo Lopes de Sousa
Representante do corpo docente:	Cláudio Alves Pereira
Representante do corpo docente:	Jefferson Rodrigues da Silva
Representante do corpo docente:	Márcio Rezende Santos
Representante do corpo administrativo:	Márcio Ferreira Silva
Representante discente:	Melissa Diniz Lopes
Representante do órgão responsável pela pós-graduação:	Valmir José Alves
Representante de EaD do <i>campus</i>	Niltom Vieira Junior

SUMÁRIO

1. DADOS DO CURSO.....	5
2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	6
3. APRESENTAÇÃO.....	7
4. JUSTIFICATIVA	8
5. OBJETIVOS DO CURSO.....	10
5.1 Objetivos gerais.....	10
5.2 Objetivos específicos.....	10
6. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO	11
7. FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	14
8. ESTRUTURA DO CURSO	15
8.1 Do corpo docente e linhas de atuação.....	15
8.2 Prazo de integralização e organização curricular.....	16
8.3 Da oferta de disciplinas e orientação a distância.....	17
8.4 Metodologia de ensino	17
8.5 Do trabalho de conclusão de curso.....	17
8.6 Do ensino contextualizado.....	19
8.7 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão	19
8.8 Da emissão do certificado	20
8.9 Do colegiado de curso	20
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
APÊNDICE A – DISCIPLINAS DO CURSO	24
APÊNDICE B – CALENDÁRIO DO CURSO	47

1. DADOS DO CURSO

Denominação do curso	Pós-Graduação em Docência
Qualificação conferida	- Especialista em Docência com Ênfase na Educação Básica; ou - Especialista em Docência com Ênfase na Educação Profissional; ou - Especialista em Docência com Ênfase na Educação Inclusiva.
Ênfases	- Educação Básica; - Educação Profissional; - Educação Inclusiva.
Nível	Pós-Graduação <i>lato sensu</i>
Modalidade de ensino	Educação à distância
Carga horária	360 h
Área de conhecimento	Ensino-aprendizagem (CAPES: 70804001 / CNPq: 7.08.04.00-1) Ensino profissionalizante (CAPES: 70807078 / (CNPq: 7.08.07.07-8)
Regime escolar	Semestral
Numero de vagas	Mínimo de: 50 vagas por ano ²
Início do curso	2018/1
Endereço do curso	<i>Campus</i> Arcos (unidade sede): Avenida Juscelino Kubitschek, 485, Bairro Brasília, Arcos (MG), 35.588-000 <i>Campus</i> Ipatinga (unidade associada): Rua Maria Silva, 125, Bairro Veneza, Ipatinga (MG), 35.164-261 <i>Campus</i> Ponte Nova (unidade associada): Praça José Emiliano Dias, 87, Centro, Ponte Nova (MG), 35.430-034
Forma de ingresso	Processo seletivo institucional
Público alvo	Professores da educação básica
Ato legal de autorização	Autorizado pela resolução n. 24/2022 do Conselho Superior do Instituto Federal de Minas Gerais (CONSUP).

² Anualmente, mediante aprovação do colegiado de curso, o número de vagas para cada ênfase pode ser alterado em função do corpo docente credenciado.

2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram formados a partir dos antigos CEFET's (Centros Federais de Educação Tecnológica), EAF's (Escolas Agrotécnicas Federais) e algumas escolas técnicas ou colégios federais vinculados às universidades. Essas antigas unidades da rede federal foram agrupadas regionalmente, transformadas em *campi* e passaram a ser geridas por reitorias, conforme a lei n. 11.892/2008 (BRASIL, 2008), tendo por objetivo a verticalização do ensino com oferta de cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos profissionalizantes (subsequentes ou, preferencialmente, integrados na proporção de 50% das vagas institucionais), cursos de formação docente (licenciaturas ou pós-graduação, na proporção de 20% das vagas) e bacharelados, superiores de tecnologia ou engenharias (na proporção de 30%).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) foi constituído pela incorporação da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos CEFET's Ouro Preto e Bambuí e de suas unidades descentralizadas de Congonhas e Formiga, respectivamente.

A partir de então, diversos outros *campi* foram criados e integrados ao IFMG, incluindo as unidades de Arcos, Ipatinga e Ponte Nova.

Atendendo a uma demanda social para formação docente, o IFMG Arcos criou o primeiro curso regular à distância da instituição, que teve sua oferta iniciada em 2018. A partir de 2024 este mesmo curso tornou-se multicampi, quando integraram a oferta de forma associada as unidades de Ipatinga e Ponte Nova.

Esta expressiva parceria entre todos os envolvidos foi essencial para que este curso, desde sua gênese, apresentasse elevado potencial para constituir-se como uma formação de excelência, atendendo ainda as finalidades do Instituto Federal de Minas Gerais, dentre as quais se destacam: o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais de cada região onde atua; a promoção, a integração e verticalização do ensino, da educação profissional à pós-graduação; e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Por esta ótica, tem-se claro que a missão do IFMG de educar e qualificar cidadãos críticos, criativos e éticos para que se tornem agentes de transformação social, se faz presente também neste projeto.

3. APRESENTAÇÃO

O curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência revela importante elemento de verticalização do ensino, reforçando o papel social dos Institutos Federais no país. Além disso, atende explicitamente aos propósitos da lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) e as resoluções CNE/CEB nº 06 de 2012 (BRASIL, 2012) e CNE/CP nº 02 de 1997 (BRASIL, 1997), no tocante à formação pedagógica de professores para a educação básica e profissional.

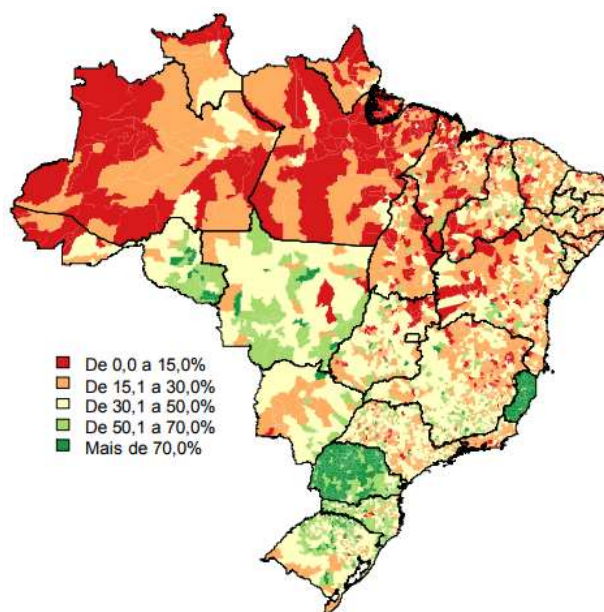
Neste curso, além das características metodológicas específicas, a serem mais bem discutidas ao longo deste projeto, dá-se especial incentivo à produção científica, item obrigatório de seu currículo. Assim, o egresso além de aperfeiçoar a melhoria nos processos de ensino-aprendizagem para a sua prática profissional, terá exercitado sua maturidade científica tornando-se apto para continuidade dos estudos em outros níveis como, por exemplo, em cursos *stricto sensu*.

4. JUSTIFICATIVA

O *campus* Arcos do Instituto Federal de Minas Gerais, sede desta oferta, possui estrutura física privilegiada contando, atualmente, com dois prédios que somam 38 dependências entre salas de aula, laboratórios de informática, biblioteca, gabinetes de estudo, seções administrativas e estúdios de rádio e TV destinados à EaD.

Tais condições permitem o atendimento a uma demanda elevada no contexto regional, estadual e nacional: a formação docente. Segundo o censo escolar da educação básica – estatísticas de 2016 – 22,5% dos docentes em atuação na educação básica não possuem sequer nível superior completo. Em relação a pós-graduação, o quadro é também preocupante: o mapa censitário do Ministério da Educação indica que no estado de Minas Gerais há predominância de regiões onde 50% à 85% dos docentes não deram continuidade aos estudos a nível de pós-graduação, chegando a localidades específicas onde essa taxa se aproxima de zero (INEP, 2017).

Figura 1 – Professores da educação básica com pós-graduação.



Fonte: INEP (2017).

Estes dados refletem preocupação na ótica de diversos autores como, por exemplo, na concepção de Alberto (2009) que enfatiza que “o professor precisa se valer de um saber-fazer contínuo e **refletido**” (grifo nosso), obtido a partir da formação continuada e não apenas da prática do magistério.

Além disso, é importante salientar que esta proposta de capacitação, ao se adequar à resolução CNE/CEB nº 06 de 2012 (BRASIL, 2012), a exemplo do que já acontece em outros Institutos Federais, atenderá uma demanda induzida do IFMG e da própria Rede Federal de Educação Profissional, no que diz respeito à qualificação pedagógica do seu corpo docente que, em elevada escala, possui bacharéis e tecnólogos, sem formação específica, atuando na educação profissional.

5. OBJETIVOS DO CURSO

O curso é destinado, prioritariamente, aos professores (i) de educação básica e de cursos profissionalizantes das redes estaduais e municipais de ensino, licenciados e/ou bacharéis; (ii) aos recém egressos de cursos de licenciatura; (iii) e aos professores de instituições federais de educação profissional, bacharéis e/ou tecnólogos.

5.1 Objetivos gerais

O objetivo fundamental do curso é propiciar, além de uma sólida formação conceitual, o aperfeiçoamento dos saberes pedagógicos necessários a melhor atuação docente na prática da sala de aula. Além disso, a metodologia proposta busca desenvolver habilidades científicas necessárias para a formação do professor-pesquisador, possibilitando, assim, sua contínua busca pelo aprimoramento profissional.

5.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos buscam propiciar aos docentes da educação básica saberes que envolvam:

- Métodos inovadores de ensino mediante novas experimentações;
- A legislação e os processos de gerenciamento e implantação de cursos ou módulos em EaD (Educação à Distância);
- Políticas inclusivas e a educação especial no contexto brasileiro;
- Transtornos globais e específicos de aprendizagem;
- Atendimento educacional especializado;
- A organização e gestão de instituições de ensino;
- A história e a estrutura de funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira;
- A legislação da educação brasileira, em especial, a legislação da EPT;
- A educação profissional como instrumento de inclusão social e de democratização do acesso à educação;
- A reflexão sobre as estratégias de acesso, permanência e êxito na EPT.

6. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO

As orientações complementares aos parâmetros curriculares nacionais, para as ciências da natureza e matemática (PCN+), sugerem que “as situações de aprendizagem devem se desenvolver a partir das experiências significativas [...], pois, elas levam a construir, mais facilmente, ideias a respeito dos fenômenos” (BRASIL, 2002a). Essa premissa incentivou o debate perante as práticas e a contextualização do ensino como método formativo no curso aqui proposto.

De igual maneira, os PCN+ para ciências humanas destacam que “diferentemente das características necessárias para a nova escola, a tradição escolar tem sido [...] compartimentar disciplinas em ementas estanques, e em atividades padronizadas, de passividade imposta em função dos métodos adotados” (BRASIL, 2002b). Fato motivador para que a inovação na sala de aula, mediante o uso de novas tecnologias e novos comportamentos do professor, fossem trazidos à discussão.

Complementarmente, as orientações vistas no PCN+ para linguagens e códigos, dentre outras, chamam atenção para o fato de que a “investigação e compreensão possibilitam a convergência das competências gerais [...] com a área de Ciências da Natureza e Matemática [...] e a convergência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias com a área de Ciências Humanas” (BRASIL, 2002c). Deste modo instituiu-se, no âmbito desse curso, um trabalho de conclusão investigativo que, necessariamente, realize experiências práticas na sala de aula integrando os saberes adquiridos.

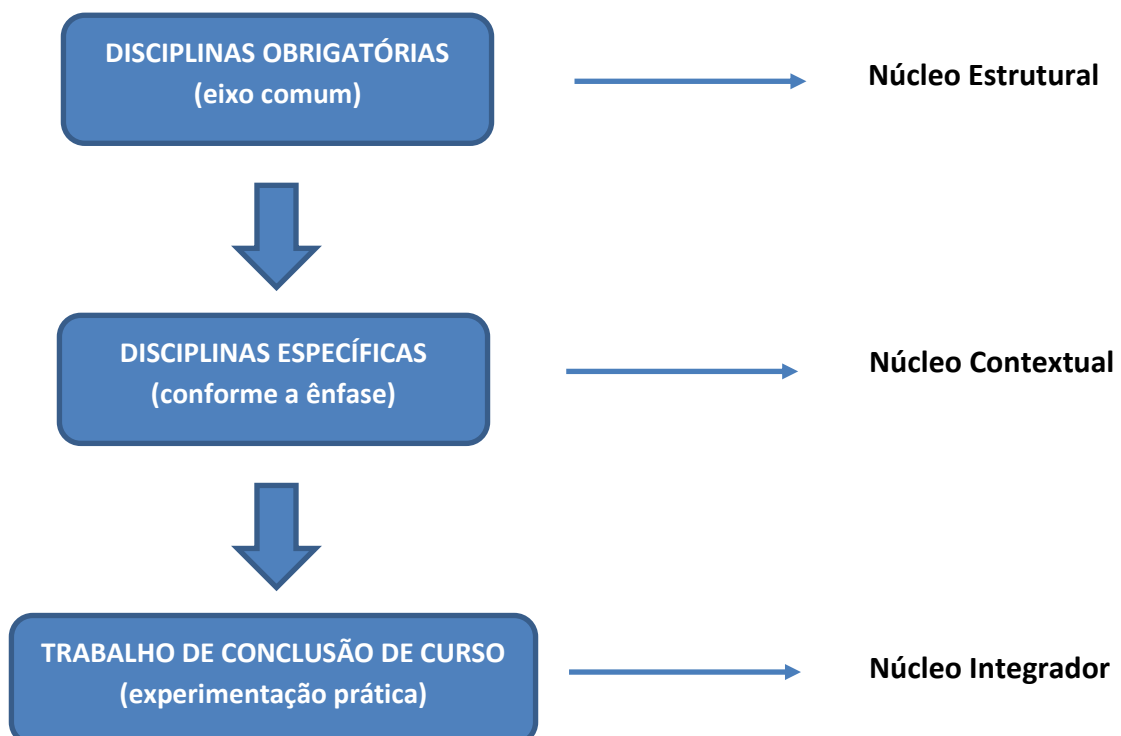
Por outro lado, a Resolução CNE/CP nº 02, de 26 de junho de 1997 (BRASIL, 1997), que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, dispõe sobre uma estruturação curricular articulada em três núcleos:

- a) **NÚCLEO CONTEXTUAL**, visando à compreensão do processo de ensino-aprendizagem referido à prática de escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.
- b) **NÚCLEO ESTRUTURAL**, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.
- c) **NÚCLEO INTEGRADOR**, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.

Por esta razão, o **núcleo estrutural** formativo deste projeto é comum a todos os estudantes e sua concepção leva em consideração a importância de aspectos teóricos, legais e estudos sociais e humanos capazes de embasar a prática docente. Em seguida, após o eixo comum, o estudante opta por um **núcleo contextual** (ensino regular ou ensino profissional), de modo a conhecer os processos históricos, políticos, socioculturais e filosóficos pertinentes a cada um desses modelos de formação – que representará a ênfase escolhida para certificação.

Ao fim do ciclo formativo, de modo a integrar a formação adquirida com a prática e os problemas da sala de aula, os estudantes realizam uma intervenção e/ou experimentação em campo, analisam seus resultados e os divulgam, preferencialmente, na forma de artigo científico, para realimentar o sistema teórico-prático-científico de atuação docente de modo **integrador**.

Figura 2 – Núcleos norteadores do curso.



Fonte: os próprios autores.

Quanto à carga horária, adotar-se-á o uso de 360h em componentes curriculares teóricos (disciplinas)³. A carga horária prevista está em conformidade com os dispositivos legais existentes que balizam a proposição deste curso (BRASIL, 1997 e 2018).

³ Para certificação como especialista são necessárias as quatro primeiras disciplinas do eixo comum, mais quatro disciplinas de um dos eixos específicos (conforme a ênfase) somadas ao componente obrigatório Trabalho de Conclusão de Curso. Na existência de vagas e mediante seleção pública, o estudante poderá cursar disciplinas isoladas da ênfase não prioritária para o seu curso regular. O egresso que passar por novo processo seletivo e for aprovado, poderá pedir dispensa das quatro disciplinas do eixo comum para obter nova certificação na segunda ênfase.

7. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

Para a matrícula no curso de Pós-Graduação em Docência o candidato deverá apresentar diploma de conclusão do ensino superior reconhecido ou documento equivalente; e ser classificado, dentre as vagas disponíveis para cada área, através de processo seletivo institucional.

Tal seleção será realizada por prova de conhecimentos gerais e específicos e/ou análise de projeto e/ou currículo do candidato, conforme critérios definidos pelo colegiado de curso centralizado na unidade sede.

8. ESTRUTURA DO CURSO

8.1 Do corpo docente e linhas de atuação

O curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência atuará nas áreas de concentração definidas no Quadro 1.

Quadro 1 – Áreas de concentração.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE ATUAÇÃO
Ensino regular	Ciências da natureza e matemática, linguagens e códigos, ciências humanas
Ensino profissional	Educação profissional e técnica (EPT)
Educação inclusiva	Atendimento especializado, transtornos de desenvolvimento e aprendizagem, deficiência

Fonte: os próprios autores.

A proporção de vagas anuais para cada área de atuação será definida conforme o corpo docente credenciado a cada ano. O corpo docente atualmente aprovado pelo colegiado do curso encontra-se no Quadro 2 (este quadro pode sofrer atualização periódica).

Quadro 2 – Corpo docente.

Nome	Titulação	<i>Campus</i> de origem
Cláudia Maria Soares Rossi	Mestrado	Arcos
Cláudio Alves Pereira	Mestrado	Arcos
Dandara L. do Nascimento	Mestrado	Arcos
Jefferson Rodrigues Silva	Doutorado	Arcos
Niltom Vieira Junior	Doutorado	Arcos
À credenciar	---	Unidades associadass

Fonte: os próprios autores.

8.2 Prazo de integralização e organização curricular

O prazo mínimo de integralização é de 2 períodos letivos e o prazo máximo é de 3 períodos letivos, podendo ser prorrogado para 4 períodos letivos, conforme critérios específicos definidos no regulamento do curso (aprovado pelo colegiado e disponibilizado no sítio dos *campi* participantes).

O curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência tem regime de matrícula semestral sendo que, para conclusão do curso, é necessária aprovação em todas as disciplinas e realização do “Trabalho de Conclusão de Curso” conforme regulamento do curso. As disciplinas obrigatórias do curso são vistas no Quadros 3.

Quadro 3 – Estrutura curricular do ciclo teórico.

1° SEMESTRE	2° SEMESTRE
1ª Disciplina Comum (obrigatória) – 40h	1ª Disciplina Específica (conforme a ênfase) – 40h
2ª Disciplina Comum (obrigatória) – 40h	2ª Disciplina Específica (conforme a ênfase) – 40h
3ª Disciplina Comum (obrigatória) – 40h	3ª Disciplina Específica (conforme a ênfase) – 40h
4ª Disciplina Comum (obrigatória) – 40h	4ª Disciplina Específica (conforme a ênfase) – 40h
Componente Prático de Trabalho de Conclusão de curso (obrigatório) – 40h	
CARGA HORÀRIA TOTAL	
360 h	

Fonte: os próprios autores.

No eixo específico, cada aluno fará apenas as 4 disciplinas correspondentes a sua ênfase. As ementas e referências bibliográficas para cada disciplina do curso estão apresentadas detalhadamente no Apêndice B.

8.3 Da oferta de disciplinas e orientação a distância

Todas as disciplinas e a orientação são inteiramente à distância (exceto quando há disponibilidade logística e mútuo interesse de orientadores e alunos).

8.4 Metodologia de ensino

O ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* será utilizado como veículo principal de atividades assíncronas para o ensino, informes, divulgação de material de estudo, atividades avaliativas, etc. O *YouTube* e/ou plataformas institucionais que vierem a ser instaladas, por sua vez, armazenarão vídeoaulas e/ou demais mídias importantes para o curso.

Outras ferramentas gratuitas serão utilizadas para atividades síncronas como para vídeo-aulas, *webchats* e grupos de discussão.

Além disso, o *campus* dispõe de dois estúdios de rádio e TV com isolamento acústico e amplamente equipados que ficarão a disposição dos docentes para gravação de vídeoaulas.

8.5 Do trabalho de conclusão de curso

Além de cursar todas as disciplinas de caráter pedagógico do curso, os estudantes deverão realizar uma atividade de pesquisa resultante de uma intervenção e/ou experimentação e/ou coleta de dados reais realizada na educação básica (em quaisquer dos seus níveis e modalidades).

Ficará a cargo do orientador definir os procedimentos de avaliação e acompanhamento do trabalho prático, cujos dados experimentais deverão ser apresentados na forma de artigo científico, que deverá ser submetido a periódico com avaliação Qualis/CAPES B4, ou superior.⁴ Essa estratégia objetiva:

- i) Especializar de fato a prática profissional, essencial numa formação *lato sensu*, de modo a integrar os conhecimentos teóricos e práticos;
- ii) Divulgar os resultados obtidos, de modo a colaborar e expandir com as boas práticas de ensino e inovações metodológicas;

⁴ A coordenação do curso divulgará, a cada ano, de modo sugestivo, uma lista base com periódicos científicos cujos processos de avaliação demandam menor tempo. Outras possibilidades para o trabalho de conclusão de curso, se aprovadas, serão definidas no regulamento do curso.

- iii) Elevar o padrão de qualidade para certificação dos egressos, atestado via pareceres externos de revistas científicas;
- iv) Elevar os índices de produtividade do curso, de modo a possibilitar a oferta de um curso *stricto sensu* futuro.

O aceite de publicação do artigo em periódico científico e demais entregas previstas no regulamento do curso caracterizam a finalização do trabalho de conclusão. Apenas para os casos em que houver rejeição dos pareceristas externos, outros mecanismos de conclusão serão aceitos, conforme regulamento do curso.

Durante a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno entregará também, em arquivo destacado, uma ficha de avaliação *in loco* e o **produto** resultante da sua intervenção (que pode ser um objeto de aprendizagem, sequência didática, tutorial, guia passo-a-passo ou outros produtos acompanhados da sua metodologia de utilização de modo a possibilitar a sua reaplicação por outros professores das redes públicas)⁵.

Fica instituída, sempre que necessário, a obrigatoriedade da submissão de projetos a Comitê de Ética em Pesquisa.

⁵ O produto destacado não deve ser caracterizado como um novo trabalho de intervenção. Este guia, juntamente com o artigo, será disponibilizado no repositório institucional para gerar efeito multiplicador das produções do curso (além do repositório do próprio curso sugere-se, a título de exemplo, os produtos do eduCAPES).

8.6 Do ensino contextualizado

A lei de diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996) ressalta a importância de “estimular o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. Ainda na LDB, quanto aos princípios da educação nacional, consta a “valorização da experiência extra-escolar” e a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (BRASIL, 1996).

Estas exigências também ganham forma nos parâmetros curriculares para o ensino médio (BRASIL, 2002a), que deixam claro a importância de “situações de aprendizagem que tenham sentido para o aluno”, promovendo uma “contextualização sociocultural como forma de aproximar o aluno da realidade”.

Deste modo, além do estudo formal destas características no próprio ementário deste curso⁶, é sugerido ao corpo docente da Pós-Graduação em Docência que preconize o uso de exemplos, exercícios e desafios que incitem a aplicação da ciência em estudos de caso, contextualizações práticas ou aprendizagem baseada em problemas. Ressalta-se que esta é uma demanda induzida pelo próprio perfil profissional do egresso e, deste modo, o curso de especialização em si não pode se omitir a essa prerrogativa.

8.7 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

Em atendimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (IFMG, 2019), no que tange à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o conceito do trabalho prático, aqui exigido para conclusão do curso, une estas características na medida em que:

- 1) promove a aprendizagem por descoberta e investigação (portanto, a pesquisa) durante a realização do trabalho de conclusão em campo;
- 2) exige que a parte experimental ocorra junto às escolas de educação básica, atendendo especificamente a uma demanda externa para melhoria do ensino (portanto, a extensão).

⁶ Na disciplina “Metodologias de ensino e aprendizagem”.

8.8 Da emissão do certificado

Fará jus ao certificado de “Especialista em Docência” com a especificação da ênfase cursada, o aluno que for aprovado em todas as disciplinas e obtiver parecer favorável para publicação do artigo ou cumprir outros mecanismos de conclusão previstos no regulamento do curso ou em normas supervenientes.

A verificação do cumprimento das entregas obrigatórias no curso será realizada pelo professor da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso. Após cumpridas todas as exigências previstas neste projeto pedagógico e no regulamento do curso, ele notificará o setor responsável pelo Registro Escolar de cada campi participante para que expedirá o certificado, acompanhado de histórico escolar.

8.9 Do colegiado de curso

As atribuições do colegiado de curso serão baseadas naquelas previstas no regulamento de ensino do IFMG para graduação (IFMG, 2018) e nas definições superiores que versam sobre o tema⁷.

O colegiado de curso, órgão de papel administrativo e deliberativo para todas as questões relativas ao curso, docentes e discentes, se reunirá, presencial ou remotamente, no mínimo duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente ou por solicitação de 50% mais um de seus membros. As decisões colegiadas serão válidas quando houver presença mínima de 50% mais um, por maioria simples de votos (sendo o voto do presidente computado apenas em caso de empate).

O presidente do colegiado, também coordenador(a) do curso, é responsável pela interlocução entre o curso, alunos, docentes e a diretoria de pós-graduação (ou órgão equivalente), sendo o agente integrador de todos os atores envolvidos para o bom funcionamento do curso de pós-graduação. Seu mandato e regras para sua escolha entre os pares são regidas por normas do Conselho Acadêmico da unidade sede.

Todas as decisões colegiadas são registradas em atas amplamente divulgadas junto à comunidade acadêmica, prioritariamente, no sítio eletrônico do *campus* sede, promovendo transparência aos trâmites internos e à gestão do curso.

⁷ Havendo normas supervenientes ou definições específicas em regulamentos ou normas institucionais para cursos *lato sensu* elas serão adotadas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a constante necessidade de aprimoramento das políticas, diretrizes e aspectos pedagógicos da educação, visualizando, em especial, o alinhamento com as demandas sociais do país, este projeto pedagógico de curso não se configura como documento final e acabado. Ao contrário, prima-se pela constante discussão pela sua melhoria, sendo propostas adequações e revisões, sempre que pertinente.

Deste modo, espera-se que as novas tecnologias e metodologias de ensino, sempre acompanhadas de embasamento científico, quebrem paradigmas e transformem a educação no país, neste caso particular, no que tange inclusive à educação básica e profissional.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Simão. A profissão docente e a formação continuada. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC Paraná. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2682_1291.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei n. 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da república**, Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei n. 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Presidência da república**, Brasília, DF, dez. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 1 de 8 de julho de 2007. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização. **Câmara de educação superior**, Brasília, DF, abri. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2 de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. **Conselho pleno**, Brasília, DF, jun. 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 6 de 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. **Câmara de educação básica**, Brasília, DF, set. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2002a.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências humanas. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2002b.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Linguagens, códigos e suas tecnologias. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2002c.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. **Resolução n. 51 de 14 de setembro de 2017**. Aprova a criação do curso de Pós-Graduação em Docência com Ênfase na Educação Básica ou Profissional, Belo Horizonte, MG, set. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. **Resolução n. 26 de 23 de agosto de 2019**. Plano de Desenvolvimento Institucional. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. Resolução n. 022/2010. Dispõe sobre a aprovação do regimento dos cursos de pós-graduação lato sensu do IFMG. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, jul. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Conselho Superior. Resolução n. 047/2018. Dispõe sobre a aprovação do regulamento de ensino dos cursos de graduação do IFMG. **Instituto Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, dez. 2018.

APÊNDICE A – DISCIPLINAS DO CURSO

A.1 EIXO COMUM (OBRIGATÓRIO)⁸

1° Período		
Código: METODOEN	Disciplina: METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	Carga horária: 40 h
Ementa: Discutir as tendências contemporâneas de ensino. A aprendizagem baseada em problemas: aspectos teóricos e práticos. Ensino contextualizado: aspectos teóricos e práticos. Os estilos de aprendizagem e perfis comportamentais.		
Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as metodologias emergentes de ensino.		
Objetivos específicos: Desenvolver o senso crítico para adaptações metodológicas na sala de aula, compartilhando a responsabilidade pela aprendizagem com o estudante.		
Bibliografia básica: BARONE, L. M. C.; ANDRADE, M. S. Aprendizagem contextualizada . São Paulo: Casa do psicólogo, 2012. (Biblioteca virtual). RIBEIRO, L. R. C. Aprendizagem baseada em problemas: PBL uma experiência no ensino superior . São Carlos, Edufscar, 2008. CASTANHEIRA, M. L. Aprendizagem contextualizada: discurso e inclusão na sala de aula . São Paulo: Autentica, 2004.		
Bibliografia complementar: ARAUJO, M. B. Ensaio sobre a aula: narrativas e reflexões da docência . Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem baseada em problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. Ensaio: aval. pol. públ. educ. , v. 22, n. 83, p. 263-294, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a02v22n83.pdf >. Acesso em: 26 jul. 2017. FESTAS, M. I. F. A aprendizagem contextualizada: análise dos seus fundamentos e práticas pedagógicas. Educ. pesq. , v. 41, n. 3, p. 713-728, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0713.pdf >. Acesso em: 26 jul. 2017. VIEIRA JUNIOR, N. Planejamento de um ambiente virtual de aprendizagem baseado em interfaces dinâmicas e uma aplicação ao estudo de potência elétrica . 2012. Tese (Doutorado em engenharia elétrica) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012.		

⁸ Obrigatório para todas as ênfases.

1º Período		
Código: APREND	Disciplina: TEORIAS DE APRENDIZAGEM	Carga horária: 40 h
Ementa: Introdução às obras de alguns autores cognitivistas: Bruner, Piaget, Vygotsky, Kelly, Rogers e Ausubel. Análise teórica e possíveis implicações práticas.		
Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as principais correntes filosóficas sobre aprendizagem.		
Objetivos específicos: Possibilitar o uso de teorias de aprendizagem como embasamento teórico para o planejamento de novas metodologias.		
Bibliografia básica: MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem . 2ª. Ed. São Paulo: EPU, 2011. MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: teoria e textos complementares . São Paulo: livraria da física, 2011. IVIC, I. Lev Semionovovich Vygotsky . Recife: Massangana, 2010 (livro de domínio público).		
Bibliografia complementar: MUNARI, A. Jean Piaget . Recife: Massangana, 2010 (livro de domínio público). ZIMRING, F. Carls Rogers . Recife: Massangana, 2010 (livro de domínio público). BRUNER, J. Sobre o conhecimento . São Paulo: Phorte editora, 2008. FRIEDMAN, H. S.; SCHUSTACK, M. W. Teorias da personalidade: da teoria clássica à pesquisa moderna . São Paulo: Prentice Hall, 2004 (Biblioteca virtual). STOLTZ, T. As perspectivas construtivistas e histórico-cultural na educação escolar . Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). CASTORINA, J. A.; FERREIRO, E.; LERNER, D.; OLIVEIRA, M. K. Piaget-Vygotsky: novas contribuições para o debate . São Paulo: Ática, 1995 (Biblioteca virtual).		

2º Período		
Código: INCLU	Disciplina: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL	Carga horária: 40 h
<p>Ementa: Fundamentos históricos e filosóficos e o paradigma da educação inclusiva. Princípios educativos da equidade e diversidade. O papel do professor diante das questões de identidade. Sexualidade, gênero, raça e etnia como temáticas na formação de professores. Papel dos profissionais da educação em relação às pessoas com deficiência. Educação indígena. Educação do campo. Educação quilombola.</p>		
<p>Objetivos gerais: Conhecer os principais documentos regulamentadores da educação inclusiva. Compreender o conceito de educação inclusiva e suas implicações.</p>		
<p>Objetivos específicos: Identificar os esforços e políticas públicas voltadas para a inclusão. Compreender o papel do professor diante das questões identitárias. Discutir estratégias de valorização da diversidade no ambiente escolar.</p>		
<p>Bibliografia básica: ARROYO, M. G.; ABRAMOWICZ, A. (orgs.). A reconfiguração da escola: entre a negociação e a afirmação de direitos. Campinas: Papyrus, 2009. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 08 ago. 2017. GALVÃO FILHO, T.A.; MIRANDA, T.G. O professor e a educação inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Salvador, EDUFBA, 2012. (Biblioteca Virtual) GOES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2007. MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.(Biblioteca Virtual) OLIVEIRA, L. de F. M. de. Formação Docente na Escola Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009. ROSA, D. E. G. (Org). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>		
<p>Bibliografia complementar: BARREIRO, Iraíde M. de Freitas. Política de educação no campo: para além de alfabetização. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. _____. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade/ inclusão e exclusão social / FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação</p>		

Básica, 2007. 4 v.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conselho Nacional De Educação/Conselho Pleno/DF. Brasília, 2004.

BORTOLI, Alexandre. Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica. Formação Continuada em Gênero e Diversidade na Escola/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

FREIRE, Paulo . Ação cultural para a liberdade. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

ROTH, Berenice Weissheimer. Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

1º Período		
Código: SEMIN	Disciplina: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	Carga horária: 40 h
Ementa: Realização de palestras, por docentes convidados, e seminários temáticos, pelos próprios estudantes, com foco em temas relevantes e atuais relacionados ao ensino, aprendizagem e educação.		
Objetivos gerais: Manter-se atualizado perante temas e áreas de pesquisa em desenvolvimento.		
Objetivos específicos: Conhecer novos métodos e processos científicos aplicados no ensino.		
Bibliografia básica: Documentários, artigos, teses e dissertações relativos ao tema.		
Bibliografia complementar: Documentários, artigos, teses e dissertações relativos ao tema.		

A.2 EIXO ESPECÍFICO: ÊNFASE EDUCAÇÃO BÁSICA⁹

2º Período		
Código: TECNO	Disciplina: TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	Carga horária: 40 h
<p>Ementa: O computador no contexto educacional: história, política e tecnologia. Objetos de aprendizagem (OA's): definições, características, padrões, qualidade e repositórios. Desenvolvimento e utilização de OA's: aspectos cognitivos e pedagógicos.</p>		
<p>Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as principais características para o uso de tecnologias na educação.</p>		
<p>Objetivos específicos: Compreender a importância do planejamento didático-metodológico para o desenvolvimento de objetos de aprendizagem.</p>		
<p>Bibliografia básica: VIEIRA JUNIOR, N. Planejamento de um ambiente virtual de aprendizagem baseado em interfaces dinâmicas e uma aplicação ao estudo de potência elétrica. 2012. Tese (Doutorado em engenharia elétrica) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012. LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. Vol. 1. São Paulo: Pearson, 2009 (Biblioteca virtual). VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. S. Aprendizagem em ambientes virtuais: compartilhando ideias e construindo cenários. Caxias do Sul: Educs, 2010 (Biblioteca virtual).</p>		
<p>Bibliografia complementar: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. Vol. 2. São Paulo: Pearson, 2012 (Biblioteca virtual). SACCOL, A.; SCHLEMMER, E.; BARBOSA, J. m-learning e u-learning. São Paulo: Pearson, 2011 (Biblioteca virtual). MATTAR, J. Games em educação: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson, 2010 (Biblioteca virtual). CARVALHO, F. C. A.; IVANOFF, G. B. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Pearson, 2010 (Biblioteca virtual). MUNHOZ, A. S. Objetos de aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual). MUNHOS, A. S. O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual).</p>		

⁹ Conforme a ênfase, cada aluno fará apenas as disciplinas constantes em um dos eixos específicos.

2º Período		
Código: EAD	Disciplina: INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	Carga horária: 40 h
Ementa: Fundamentos de EaD. Organização de sistemas EaD: processo de comunicação, processo de tutoria, processo de gestão, produção de material didático e avaliação. Ambientes virtuais de aprendizagem.		
Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as principais etapas de desenvolvimento e implementação de cursos EaD.		
Objetivos específicos: Compreender a importância do planejamento didático-metodológico para a utilização adequada de EaD.		
Bibliografia básica: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. Vol. 1. São Paulo: Pearson, 2009 (Biblioteca virtual). LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. Vol. 2. São Paulo: Pearson, 2012 (Biblioteca virtual). CORTELAZZO, I. B. C. Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação à distância. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual).		
Bibliografia complementar: MILL, D. Docência virtual: uma visão crítica. Campinas: Papyrus, 2015 (Biblioteca virtual). CARVALHO, F. C. A.; IVANOFF, G. B. Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Pearson, 2010 (Biblioteca virtual). VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M. S. Aprendizagem em ambientes virtuais: compartilhando ideias e construindo cenários. Caxias do Sul: Educs, 2010 (Biblioteca virtual). MUNHOZ, A. S. O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual). MUNHOZ, A. S. Tutoria em EAD: uma nova visão. Curitiba: Intersaberes, 2014 (Biblioteca virtual).		

1º Período		
Código: COGNI	Disciplina: CIÊNCIAS COGNITIVAS NA EDUCAÇÃO	Carga horária: 40 h
Ementa: Teorias conexionistas e cognitivas: princípios básicos. As Ciências Cognitivas: histórico de evolução. O paradoxo computacional e a teoria do processamento da informação: representações analógicas e proposicionais. A teoria dos modelos mentais.		
Objetivos gerais: Propiciar conhecimento sobre as principais características das ciências cognitivas aplicadas à educação.		
Objetivos específicos: Compreender a teoria e a prática do estudo dos modelos mentais.		
Bibliografia básica: VIEIRA JUNIOR, N. Planejamento de um ambiente virtual de aprendizagem baseado em interfaces dinâmicas e uma aplicação ao estudo de potência elétrica. 2012. Tese (Doutorado em engenharia elétrica) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012. AMBIEL, R. A. M.; RABELO, I. S.; PACANARO, S. V.; ALVES, G. A. S.; LEME, I. F. A. S. Avaliação psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia. São Paulo: casa do psicólogo, 2011 (Biblioteca virtual). MIOTTO, E. C.; LUCIA, M. C. S.; SCAFF, M. Neuropsicologia e as interfaces com as neurociências. São Paulo: casa do psicólogo, 2007 (Biblioteca virtual).		
Bibliografia complementar: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. Psicologia escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: casa do psicólogo, 2008 (Biblioteca virtual). AZZI, R. G.; GIANFALDONI, M. H. T. A. Psicologia e educação. São Paulo: casa do psicólogo, 2011 (Biblioteca virtual). PILETTI, N.; ROSSATO, S. M.; ROSSATO, G. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: contexto, 2014 (Biblioteca virtual). CÓRIA-SABINI, M. A. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Ática, 1997 (Biblioteca virtual). BARROS, C. S. G. Pontos de psicologia escolar. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 2007 (Biblioteca virtual). BARROS, C. S. G. Pontos de psicologia do desenvolvimento. 12ª. Ed. São Paulo: Ática, 2008 (Biblioteca virtual).		

2º Período		
Código: GESTAO	Disciplina: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR	Carga horária: 40 h
<p>Ementa: Teorias da organização, gestão escolar e do trabalho administrativo-pedagógico. O cenário sócio-político brasileiro, tendo em vista suas implicações para o trabalho pedagógico: tendências e legislação. Compreender os conceitos de gestão participativa, cultura organizacional e trabalho coletivo. Promover a reflexão crítica sobre a atuação participativa e o papel dos educadores e da comunidade escolar nas práticas de organização e gestão da escola.</p>		
<p>Objetivos gerais: Conhecer principais conceitos de organização e gestão escolar.</p>		
<p>Objetivos específicos: Identificar os processos, especialidades e atores envolvidos na administração escolar.</p>		
<p>Bibliografia básica: BARTNIK, H. L. S. Gestão educacional. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). WITTMANN, L. C.; KLIPPEL, S. R. A prática da gestão democrática no ambiente escolar. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). WELLEN, H.; WELLEN, H. Gestão organizacional e escolar: uma análise crítica. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual).</p>		
<p>Bibliografia complementar: PALMA, M. S. Organização do trabalho pedagógico. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Biblioteca virtual). MAIA, B. P.; COSTA, M. T. A. Projeto político pedagógico. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Biblioteca virtual). CASTRO, A. P. P. P. A gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da escola. Curitiba: Intersaberes, 2014 (Biblioteca virtual). PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007 (Biblioteca virtual). RANGEL, M. (Org). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. Campinas: Papirus, 2009 (Biblioteca virtual).</p>		

A.3 EIXO ESPECÍFICO: ÊNFASE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL¹⁰

2º Período		
Código:	Disciplina:	Carga horária:
LEGIS	Legislação e políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil	40 h
Ementa: A reforma educacional dos anos 90. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394, de 1996). Decreto nº 5.154, de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. A expansão da escolarização no Brasil: ensino médio, educação de jovens e adultos, ensino superior e obrigatoriedade escolar. O compromisso social dos Institutos Federais. Políticas públicas para a educação inclusiva.		
Objetivos gerais: Apresentar as leis e os documentos regulamentares da educação brasileira, especialmente da educação profissional.		
Objetivos específicos: Compreender as políticas públicas voltadas para a expansão da escolaridade no Brasil. Identificar o papel dos Institutos Federais no contexto da democratização do ensino.		
Bibliografia básica: BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). (MEC/SETEC). Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, (CNE/CEB). (MEC/SETEC), 2012. KUENZER, A. Z. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: MACHADO, L. et al. (Orgs.) Trabalho e Educação. Campinas/ São Paulo, Papirus/Cedes/Ande/Anped,1992. (Coletânea CBE) FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso. Campinas: Educação e Sociedade, vol.26 n.92, Out. 2005.		
Bibliografia complementar: FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 46, jan./abril 2011. PICANÇO, Iracy Silva. Dez Anos da LDB e a Educação Profissional. Revista Trabalho, Educação e Saúde , v. 5, n. 3, p. 537-543, nov. 2007/fev. 2008. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: documento base. Brasília: dezembro de 2017. SAVIANI, D. Sobre a Concepção de Politecnia. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989. FRIGOTTO, G. A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1984.		

¹⁰ Conforme a ênfase, cada aluno fará apenas as disciplinas constantes em um dos eixos específicos.

2º Período		
Código: HISTOFILO	Disciplina: História e fundamentos sócio filosóficos da educação profissional	Carga horária: 40 h
Ementa: História da educação brasileira. História e fundamentos sócio-filosóficos da educação profissional e tecnológica no Brasil. Reformas educacionais. A educação no contexto da redemocratização do país. A criação dos Institutos Federais.		
Objetivos gerais: Conhecer a história da educação brasileira, em especial, a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e seus fundamentos sócio-filosóficos.		
Objetivos específicos: Compreender os processos de reforma da educação brasileira ao longo das últimas décadas. Identificar aspectos filosóficos e sociais que serviram de alicerce para o estabelecimento da EPT. Promover o debate sobre a democratização do acesso ao ensino público de qualidade. Compreender a escola como um espaço de socialização, inclusão e de formação ética e cidadã.		
Bibliografia básica: PICANÇO, Iracy Silva (Coord.). Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil . Brasília: INEP - Relatos de Pesquisa, n.33, v. 4, 1995. SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos . Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, v. 12, n.34, p. 152-180, jan./abr. 2007. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: documento base . Brasília: dezembro de 2017.		
Bibliografia complementar: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional emancipadora . Florianópolis: Perspectiva, v. 19, n.1, p. 71-87, jan./jun. 2001. KUENZER, A. Z. Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo . São Paulo: Cortez, 1988. SAVIANI, D. Sobre a Concepção de Politecnia . Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989. FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje . In: Lima, J. C. F., NEVES, L. M. W. (org.). Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre Educação e Ensino . São Paulo: Moraes, 1983.		

2º Período		
Código: GESTEPT	Disciplina: Estrutura e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Carga horária: 40 h
Ementa: Estrutura dos Institutos Federais. Fundamentos e ferramentas de gestão. Gestão democrática na EPT. A missão e o Projeto Político Pedagógico no contexto das especificidades da EPT. O Plano de Desenvolvimento Institucional. Processos decisórios. Avaliação institucional. A gestão escolar desde o planejamento estratégico até a sala de aula.		
Objetivos gerais: Apresentar a estrutura dos Institutos Federais.		
Objetivos específicos: Compreender os princípios da gestão democrática no âmbito da educação. Reconhecer o papel do Projeto Político Pedagógico na condução da gestão educacional. Identificar o papel do Plano de Desenvolvimento Institucional. Discutir o planejamento democrático e o papel dos órgãos colegiados. Compreender a importância da avaliação institucional para o planejamento e o desenvolvimento institucional.		
Bibliografia básica: HORA, Dinair Leal da. Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papyrus, 1994. BELLOTO, Aneridis Aparecida Monteiro (Org.). Interfaces da Gestão Escolar. Campinas: Alínea, 1999. BRASIL. Ministério da Educação. Prêmio inovação em gestão educacional 2006: experiências selecionadas. Brasília: Ministério da Educação, 2007.		
Bibliografia complementar: VASCONCELLOS, Celso S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 6 ed. São Paulo: Libertad, 2006. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. 10. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro org. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.		

2º Período		
Código: CURRICULO	Disciplina: Currículo e Trabalho na educação profissional	Carga horária: 40 h
Ementa: Relações entre educação e trabalho. Vínculos entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. As transformações tecnológicas e suas consequências para o mundo do trabalho. Abordagens e componentes de um currículo. Planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação de currículos na EPT. A EPT integrada ao ensino médio e à educação de jovens e adultos. Planos de curso e projetos pedagógicos. Reconhecimento de saberes e experiências. Práticas em EPT e suas implicações no mundo do trabalho. Itinerário formativo.		
Objetivos gerais: Identificar os componentes do currículo e a importância do currículo integrado no contexto da EPT.		
Objetivos específicos: Compreender as relações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. Compreender o papel das transformações tecnológicas para o mundo do trabalho.		
Bibliografia básica: ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho . São Paulo: Boitempo, 2005. SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autentica, 2004. SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (org). Currículo, Formação e Saberes Profissionais: a (re) valorização epistemológica da experiência . Salvador: EDUFBA, 2010.		
Bibliografia complementar: FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje . In: Lima, J. C. F., NEVES, L. M. W. (org.). _____. Trabalho e Conhecimento: dilemas Na Educação Do Trabalhador . São Paulo: Cortez, 2005. SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). Capitalismo, trabalho e educação . 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. RAMOS, M. N. (Org.); FRIGOTTO, G. (Org.); CIAVATTA, M. (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições . São Paulo: Cortez, 2005. GIMENO SACRISTÁN, J. Currículo: uma reflexão sobre a prática . Porto Alegre: Artmed, 1998.		

A.4 EIXO ESPECÍFICO: ÊNFASE EDUCAÇÃO INCLUSIVA¹¹

Código: ESPECIAL	Disciplina: EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	Carga horária: 40 h
Ementa: Fundamentos históricos, filosóficos e o paradigma da educação especial e inclusiva. Princípios educativos da equidade e diversidade. Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. O papel do professor especializado e a interface do AEE, na escola comum e com a família. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, comunicação alternativa, tecnologia assistiva, desenho universal.		
Objetivos gerais: Compreender o conceito de educação especial, inclusiva e suas implicações, bem como conhecer os serviços de atendimento à pessoa com deficiência.		
Objetivos específicos: Identificar os esforços e políticas públicas voltadas para a educação especial e inclusão. Compreender as diferenças na atuação dos professores nos serviços da educação especial e a contribuição na qualificação da aprendizagem de estudantes público alvo do AEE. Identificar os serviços, recursos, estratégias e metodologias de Tecnologia Assistiva, comunicação alternativa, acessibilidade e desenho universal, que ampliam as habilidades funcionais de estudantes com deficiência.		
Bibliografia básica: ARROYO, M. G.; ABRAMOWICZ, A. (orgs.). A reconfiguração da escola: entre a negociação e a afirmação de direitos. Campinas: Papyrus, 2009. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008a. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 >. BRASIL. Decreto nº. 7.611 , de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf >. BRASIL. Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade de educação especial. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm >. GALVÃO FILHO, T.A.; MIRANDA, T.G. O professor e a educação inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Salvador, EDUFBA, 2012. (Biblioteca Virtual) GOES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2007. MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo:		

¹¹ Conforme a ênfase, cada aluno fará apenas as disciplinas constantes em um dos eixos específicos.

Moderna, 2003.(Biblioteca Virtual).

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. **Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

OLIVEIRA, L. de F. M. de. **Formação Docente na Escola Inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PACHECO, José [etal.]. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROSA, D. E. G. (Org). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

<p>Código: TGOEA</p>	<p>Disciplina: TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO E ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM</p>	<p>Carga horária: 40 h</p>
<p>Ementa: Fatores históricos, conceituais e terminológicos relativos aos transtornos globais de desenvolvimento e aos específicos de aprendizagem. Caracterização, principais etiologias e as formas de atendimento a diferentes transtornos. Tecnologias Educacionais Assistivas para transtornos do desenvolvimento e de aprendizagem.</p>		
<p>Objetivos gerais: Conhecer as principais características e formas de atuação com pessoas que apresentam transtornos globais de desenvolvimento e específicos de aprendizagem.</p>		
<p>Objetivos específicos: Caracterizar e evidenciar propostas de trabalho educativo com pessoas que apresentam: Transtornos do espectro autista, psicoses infantis, Síndrome de Asperger, Síndrome de Kanner e Síndrome de Rett. Transtorno Invasivo do desenvolvimento, Transtorno Desintegrativo da Infância. Apresentar os transtornos específicos de aprendizagem: Transtorno da leitura- dislexia, Transtorno da matemática- discalculia, Transtorno da expressão escrita- disortografia – disgrafia.- Deficiência visual, auditiva e múltiplas, bem como propostas de mediações possíveis em âmbito escolar.</p>		
<p>Bibliografia básica: ASSUMPCÃO JR., Francisco Baptista. Diagnóstico Diferencial dos Transtornos Abrangentes do Desenvolvimento. In: CAMARGOS JR., W. (Org.), Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º Milênio. Brasília: Corde, 2005, p. 16-20. BAUTISTA, Rafael (coord.) Necessidades educativas especiais. Lisboa: Dinalivros, 1993. CAMARGOS, W. Síndrome de Asperger e Outros Transtornos do Espectro do Autismo de Alto Funcionamento: da avaliação ao tratamento. 1ª ed., Belo Horizonte, Artesã.2013. CAVALCANTI, Ana Elizabeth; ROCHA, Paulina S. Autismo: Construções e desconstruções. 2 ed., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002 CRUZ, V. Dificuldades de aprendizagem. Porto (Portugal): Porto Editora, 1999. FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. GARCIA, J.N. Manual de dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. JOSÉ, E. e COELHO, M. Problemas de aprendizagem. São Paulo: Editora Ática, 1997. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID – 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. In: ROSA, Suely Pereira da Silva. Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2003. PAIN, S. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre:</p>		

Artes Médicas, 1998.

SALLE, E. et al. A. Autismo infantil: sinais e sintomas. In: CAMARGOS JR., W. (Org.), **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º Milênio**. Brasília: Corde, 2005, p. 11-15

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CORREA, L.M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto (Portugal): Porto Editora, 1999.

Williams C., Wright B.. **Convivendo com autismo e Síndrome de Asperger**.(Estratégias práticas para pais e profissionais) São Paulo: M. Books. 2008.

Código: DIAHS	Disciplina: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, ALTAS HABILIDADE E SUPERDOTAÇÃO	Carga horária: 40 h
Ementa: Deficiência intelectual: concepções, definições, diagnóstico diferencial entre deficiência intelectual, doença mental e dificuldade de aprendizagem; causas e incidência Altas habilidades/superdotação; organização, enriquecimento e aprofundamento curricular. Tecnologias Educacionais Assistivas para deficiência intelectual.		
Objetivos gerais: Compreender a deficiência intelectual, suas causas e incidência, bem como a atuação do professor na mediação da aprendizagem de estudantes com essa deficiência. Conhecer as principais características e formas de atuação com pessoas que apresentam altas habilidade e superdotação.		
Objetivos específicos: Caracterizar e evidenciar propostas de trabalho educativo com pessoas que apresentam Deficiência Intelectual, síndromes genéticas: síndrome de Down, síndrome de Klinefelter, síndrome de Cri Du Chat, síndrome de Huntington-Gilford, síndrome do X frágil: Apresentar características de Síndromes neurológicas: distúrbios neurosensoriais, paralisia cerebral, epilepsia, repercussão neuropsicológica dos erros inatos do metabolismo. - Compreender os fundamentos do desenvolvimento e aprendizagem que embasam a prática educacional para pessoas com altas habilidades/Superdotação		
Bibliografia básica: CRUZ, V. Dificuldades de aprendizagem . Porto (Portugal): Porto Editora, 1999. CUPERTINO, C. M. B. (org.). Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos /Secretaria da Educação. São Paulo: FDE, 2008. FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. FREEMAN, J; GUENTHER, Z. C. Educando os mais capazes: ideias e ações comprovadas . São Paulo: EPU, 2000. FREITAS, S. N; STOBÄUS, C. D. Olhando as altas habilidades/superdotação sob as lentes dos estudos curriculares. Revista Educação Especial . Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 483-500, set./dez. 2011. FREITAS, Soraia Napoleão; PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera. Altas Habilidades/Superdotação: atendimento educacional especializado . Marília: ABPEE, 2010. EVANGELISTA L. M. C., Novas abordagens do diagnóstico psicológico da deficiência mental . São Paulo: Vetor, 2002. GARCIA, J.N. Manual de dificuldades de aprendizagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998 GARDNER, Howard. Inteligência: um conceito reformulado . Rio de Janeiro:		

Objetiva, 2000.

GUNDERSEN K. S., **Síndrome de down**: Guia para educadores, Artmed, 2007.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências**: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.

JOSÉ, E. e COELHO, M. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

KE, Xiaoyan. LIU, Jing. Deficiência Intelectual. **Tratado de Saúde Mental da Infância e Adolescência da IACAPAP**. Disponível em <<https://iacapap.org/content/uploads/C.1-Intelectual-disabilities-PORTUGUESE-2015.pdf>>.

MANTOAN M. T. E., **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. Scipione, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID – 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. In: ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2003

PROCÓPIO, M. V. R. **Altas Habilidades/Superdotação**: necessidades formativas dos professores de ciências na perspectiva da educação inclusiva. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

.PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SALLE, E. et al. A. Autismo infantil: sinais e sintomas. In: CAMARGOS JR., W. (Org.), **Transtornos invasivos do desenvolvimento**: 3º Milênio. Brasília: Corde, 2005, p. 11-15

Bibliografia complementar:

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº. 02, de 11 de setembro de 2001**. Ministério da Educação, 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: [tal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192).

MARTÍNEZ A. M. & TACCA M. C. V. R., **Possibilidades de aprendizagem**: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas: Alínea, 2011.

VYGOTSKY, LEV S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Código: DEFIVA	Disciplina: DEFICIÊNCIA VISUAL E AUDITIVA	Carga horária: 40 h
Ementa: Características da baixa visão campo visual; acuidade visual; avaliação funcional da visão). Cegueira congênita e cegueira adventícia. Principais patologias e prevenção da deficiência visual na infância. O Braile. Conceituação de surdez e conceituação e classificação de deficiência auditiva. Principais patologias e prevenção da deficiência auditiva na infância. Formação de conceitos e construção de conhecimentos: alunos com cegueira e/ou surdez. Aprendizagem e alfabetização de alunos com cegueira e surdez. Procedimentos didáticos - Metodológicos: classe comum e atendimento educacional especializado: ensino de Libras, ensino em Libras, ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita. Necessidades específicas das pessoas com surdocegueira. Tecnologias Educacionais Assistivas para cegueira e/ou surdez. Adequações visuais, auditivas e táteis. Procedimentos didáticos - Metodológicos: classe comum e atendimento educacional especializado.		
Objetivos gerais: Compreender as singularidades e particularidades da baixa visão, da cegueira e da surdez, os recursos necessários e a atuação do professor de AEE, com vistas a gestão e avaliação dos processos de aprendizagem e da inclusão dos alunos com essas necessidades.		
Objetivos específicos: Caracterizar e evidenciar propostas de trabalho educativo com pessoas que apresentam cegueira ou baixa visão. Compreender os fundamentos do desenvolvimento e aprendizagem que embasam a educação das pessoas com surdez ou com deficiência auditiva. Compreender a atuação do professor de AEE, tendo em vista os processos de aprendizagem e da inclusão de alunos que apresentam essas deficiências.		
Bibliografia básica: ALMEIDA, Maria da Gloria de Souza. Aprendendo pelo tato .Rio de Janeiro : Instituto Benjamin Constant, 2016. (Biblioteca virtual) BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência visual. v. 1. Brasília, 2001. (Biblioteca virtual) BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília, 2006. (Biblioteca virtual) BRASIL. Secretaria de Educação Especial Deficiência auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. - Brasília: SEESP, 1997. V. I. - (Série Atualidades Pedagógicas; n. 4) (Biblioteca virtual). BRUNO, Marilda Moraes Garcia. MOTA, Maria Glória Batista da. Programa de		

Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual vol. 3 Fascículo V - VI - VII /, colaboração Instituto Benjamin Constant. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Ano: 2001. (Biblioteca virtual)

CARVALHO, Erenice Natália Soares De .Programa De Capacitação De Recursos Humanos Do Ensino Fundamental: Deficiência Múltipla Vol. 1. Fascículos I – II – III Brasília: Ministério Da Educação, Secretaria De Educação Especial, 2000. ____ P. (Série Atualidades Pedagógicas (Org.)), (Biblioteca virtual)

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo Atendimento Educacional Especializado. Pessoa com surdez. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007 . Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf

DOMINGUES, C. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual baixa visão e cegueira.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. (Biblioteca virtual)

GODOI, Ana Maria de. Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades acentuadas de aprendizagem : deficiência múltipla. [4. ed.] .Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 58 p. : il. 1. Educação infantil. (Biblioteca virtual)

MONTEIRO, André Jacques Martins et all. **Práticas Pedagógicas no Cotidiano Escolar: desafios e diversidade.** Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014. (Biblioteca virtual).

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca Deficiência auditiva. Brasília : MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 64 p.: il. (Cadernos da TV Escola 1). (Biblioteca virtual)

SÁ, Elizabet Dias de. CAMPOS, Myriam. SILVA, Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado :Deficiência Visual .SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007**

TORRES, Josiane Pereira. SANTOS, Vivian. Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricos e educacionais, **Educação**, Batatais, v. 5, n. 2, p. 33-52, 2015. Disponível em: < <file:///C:/Users/Windows/Downloads/sumario2.pdf>>

Bibliografia complementar:

BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes et all. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : surdocegueira e deficiência múltipla .**Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 5. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar), (Biblioteca virtual)

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº. 02, de 11 de setembro de 2001.** Ministério da Educação, 2001a. (Biblioteca virtual)

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação, 2008. (Biblioteca virtual).

CAPELLI, Jane de Carlos Santana [et al.] organizadoras. Pessoa com deficiência auditiva : os múltiplos olhares da família, saúde e educação.Porto Alegre : Rede UNIDA, 2016. 321 p. : il. – (Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em saúde) (Biblioteca virtual)

FÁVERO, E. A. G. Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. (Biblioteca virtual)

LACERDA, C. B. F & Góes, M.C.R.de. (org.) **Surdez: Processos educativos e subjetividade.** São Paulo: Editora Lovise, 2000.

MARTÍNEZ A. M. & TACCA M. C. V. R., **Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência.** Campinas: Alínea, 2011.

A5. EIXO PRÁTICO: TRABALHO DE CONCLUSÃO¹²

2º Período		
Código: TCC	Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso	Carga horária: 40 h
Ementa: Compartilhar informações gerais para o planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação dos projetos práticos. Disponibilizar os principais elementos e normas para redação científica.		
Objetivos gerais: Compartilhar informações e acompanhar, no âmbito geral, o desenvolvimento dos projetos de intervenção para conclusão do curso.		
Objetivos específicos: Registrar como aprovado o aluno que entregar o produto resultante de sua intervenção prática (para disponibilização no repositório do curso) e apresentar o aceite de publicação do artigo ou a aprovação do trabalho final conforme definições do regulamento do curso.		
Bibliografia básica: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6023: informação e documentação – referências. Rio de Janeiro, 2002		
Bibliografia complementar: LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. DESCARTES, RENE. Discurso do método. São Paulo: Vozes, 2008. CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 2001. VALERIANO, D. Moderno gerenciamento de projetos. São Paulo: Prentice Hall, 2005. (Biblioteca Virtual).		

¹² Obrigatório para todas as ênfases.

APÊNDICE B – CALENDÁRIO DO CURSO

A organização curricular, ao longo do curso, é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 – Calendário acadêmico.

1º PERÍODO	
JAN	Férias docentes
FEV	---
MAR	1ª Disciplina Comum (obrigatória)
ABR	2ª Disciplina Comum (obrigatória)
MAI	3ª Disciplina Comum (obrigatória)
JUN	4ª Disciplina Comum (obrigatória)
2º PERÍODO	
JUL	Férias docentes
AGO	1ª Disciplina Específica (conforme a ênfase)
SET	2ª Disciplina Específica (conforme a ênfase)
OUT	3ª Disciplina Específica (conforme a ênfase)
NOV	4ª Disciplina Específica (conforme a ênfase)
DEZ	----
3º PERÍODO	
JAN/JUN	Prorrogação facultativa da matrícula em: “Trabalho de Conclusão de Curso”
4º PERÍODO	
JUL/DEZ	Prorrogação condicionada da matrícula em: “Trabalho de Conclusão de Curso” ¹³

Fonte: os próprios autores¹⁴.

¹³ Conforme regras definidas pelo regulamento do curso.

¹⁴ O calendário do curso pode sofrer alterações em função do calendário acadêmico do *campus* ou disponibilidade docente.